



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

CENTRO ADMINISTRATIVO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/n.º - Cambeba – Fortaleza – Ceará – CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax: 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

Ofício-Circular Nº. 81/2015-CGJ

Fortaleza, 29 de junho de 2015.

**Excelentíssimos(as) Senhores(as)  
Juízes(as) de Direito com competência criminal  
Estado do Ceará**

Processo Administrativo nº 8501147-20.2015.8.06.0026/0-CGJCE

Senhor(a) Magistrado(a),

No momento em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me do presente para, em atenção à solicitação do Juiz Corregedor de Presídios de Fortaleza (em anexo), orientar que os requerimentos de transferência de presos para esta Capital devem ser direcionados unicamente àquele Juízo, nos termos no Despacho deste signatário (p. 27).

Atenciosamente,

**Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva  
Corregedor Geral da Justiça**



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ

fls. 1

Secretaria da Justiça e Cidadania  
Comissão de Avaliação de Transferência e Gestão de Vagas - CATVA

OFÍCIO Nº 3953/2014 - MCS


Fortaleza-Ce, 17 de novembro de 2014

Exma. Sra.  
**Dra. LUCIANA TEIXEIRA DE SOUZA**  
Juíza de Direito da 2ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos  
Presídios de Fortaleza - VEP  
Nesta/

MM. Juíza,

Cumprimentando-a, em cumprimento à determinação da Excelentíssima Senhora Secretária da Justiça, devidamente embasada na autorização do Juiz Substituto da Comarca de Boa Viagem e no ofício 570/2014 da Administração da Cadeia Pública de Boa Viagem, em anexo, esta Comissão vem dar ciência a Vossa Excelência que **DISPONIBILIZOU** yagá nas Unidades Prisionais da RMF, EM CARÁTER EMERGENCIAL, conforme tabela em anexo, para o recebimento de 40 presos oriundos da Cadeia Pública de Boa Viagem, sendo 15 presos para permanecerem recolhidos permanentemente nesta Comarca, por se tratar dos presos responsáveis por organizar o motim, e 25, em caráter provisório, que retornarão à Comarca de origem após a reforma na Cadeia Pública, haja vista o motim ocorrido naquele ergastulo em 15 de novembro do corrente ano, ocasião em que as celas daquela Cadeia foram destruídas em sua totalidade, conforme ofício supracitado, pelo que solicitamos o **ACATAMENTO** da medida por essa magistrada, tudo nos termos do Código de Organização Judiciária do Estado – COJE.

Respeitosamente,

  
Luzardo Lima Fonseca  
Presidente da CATVA

Rua Tenente Benévolo, 1055 – Meireles • CEP: 60.160-040 • Fortaleza – Ceará  
Fones/Fax: (85) 3101.2863 • [catva@sejus.ce.gov.br](mailto:catva@sejus.ce.gov.br)





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ

fls. 2

**Secretaria da Justiça e Cidadania**  
**Comissão de Avaliação de Transferência e Gestão de Vagas - CATVA**

TRANSFERÊNCIAS PERMANENTES			
	NOME	FILIAÇÃO	DESTINO
1	MÁRIO CANTILHO DE MELO	Sebastião Ferreira de Melo Euciene Cantilho de Oliveira	CPPL 3
2	DANIEL AQUINO DIAS	José Dias Sobrinho Maria Neide Aquino Dias	CPPL 3
3	EDSON MARCOS DE OLIVEIRA	Edilson Marques Ferreira Maria Lúcia de Oliveira Ferreira	CPPL 3
4	JOÃO PAULO VIEIRA MENDES	João Vidal Vieira Mendes Ana Maria Vieira Mendes	CPPL 3
5	RAFAEL DOS SANTOS BARBOSA	Francisco Cláudio de Sousa Barbosa Edvanda dos Santos	CPPL 3
6	MARCELO SARAIVA DE PAIVA	Raimundo Marçal de Paiva Ana Célia Torres Saraiva	CPPL 3
7	LUIS BENTO NETO	Antônio Bento Sobrinho Maria do Socorro Vieira de França	CPPL 3
8	RONALDO DOS SANTOS BARBOSA	Antônio José de Matos Oliveira Nazaré Soares de Matos	CPPL 3
9	CARLOS ANTONIO DOS SANTOS	Antônio Alberto dos Santos Antonietta da Silva Santos	CPPL 4
10	MÁRCIO RAULINO CÂNDIDO	Geraldo Cândido Ferreira Elisete Raulino Cândido	CPPL 4
11	ESIVAN MIRANDA DE OLIVEIRA	José Edison de Oliveira Eliete Miranda de Oliveira	CPPL 4
12	DANIEL DE LIMA MESQUITA	Francisco Alves de Mesquita Maria Francisca de Lima Mesquita	CPPL 4
13	ROJEAN AURELIANO DE SENA	José Aureliano Carneiro Rosivanda Pereira de Sene	CPPL 4
14	TIAGO CAMELO ALEXANDRE	Luiz Carlos Alexandre Maria de Lurdes Camelo Alexandre	CPPL 4
15	DIEGO DE OLIVEIRA CAMPELO	Francisca de Oliveira Campelo	CPPL 4

Rua Tenente Benévolo, 1055 – Meireles • CEP: 60.160-040 • Fortaleza – Ceará  
Fones/Fax: (85) 3101.2863 • [catva@sejus.ce.gov.br](mailto:catva@sejus.ce.gov.br)





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ

fls. 3

**Secretaria da Justiça e Cidadania**  
**Comissão de Avaliação de Transferência e Gestão de Vagas - CATVA**

TRANSFERÊNCIAS PROVISÓRIAS			
	NOME	FILAÇÃO	DESTINO
1	MAICON CARVALHO DE OLIVEIRA	Marcos Antônio Gomes de Oliveira Vera Lúcia Carvalho da Silva	CPPL 2
2	CICERO FRANCISCO XAVIER	Antônia Francisca Xavier	CPPL 2
3	RICARDO RAMOS DO NASCIMENTO	Maria Nailisa Ramos do Nascimento	CPPL 2
4	DANIEL MOTA FERREIRA	Francisco Ferreira Filho Maria Liduina Mota	CPPL 2
5	LUCIANO ALVES DE SOUSA	Francisco de Assis Sousa Maria Alves de Sousa	CPPL 2
6	BRUNO RODRIGUES DE ANDRADE	José Augusto Fernandes Andrade Ivone Rodrigues Barbosa	CPPL 2
7	ARTUR DE MESQUITA ROCHA	Francisco Rodrigues da Rocha Luíza de Mesquita Correia da Rocha	CPPL 2
8	VAGNER DO VALE SOUSA	Francisco Ribeiro de Sousa Francisca Praciliana do Vale	CPPL 2
9	AMILTON BATISTA DA SILVA	Aldemir Brasil da Silva Margarida Batista da Silva	CPPL 2
10	ANTONIO VALMIR PINTO PEREIRA	Antonio Pereira da Silva Maria Helena Pinto Pereira	CPPL 2
11	FRANCISCO ELIARDO MOREIRA DA SILVA	Geraldina Moreira da Silva	CPPL 3
12	RICARDO FEITOSA DE SOUSA	Antonio Mateus de Sousa Maria José Feitosa de Sousa	CPPL 3
13	DIONES RODRIGUES DA SILVA	Antônio da Silva Rodrigues Isabel Rodrigues da Silva	CPPL 4
14	GLEISON FERREIRA BARBOSA	Sebastião Alves barbosa Filho Maria Laurindo Ferreira Barbosa	CPPL 4
15	FRANCISCO PAULINO DE SOUSA NETO	Francisco Aureliano da Silva Ideuzuite Aureliano Barbosa	CPPL 4
16	CLAÚDIO PEREIRA DA SILVA	Antônio Filho José da Silva Maria Francisca Pereira da Silva	IPFHVA
17	ANTONIO EVANDRO DA SILVA FREITAS	Francisca Neide da Silva Freitas	IPFHVA
18	ELIARDO LOPES DA SILVA	Manoel Severiano de Lima Maria Lopes da Silva	IPFHVA

Rua Tenente Benévolo, 1055 – Meireles • CEP: 60.160-040 • Fortaleza – Ceará

Fones/Fax: (85) 3101.2863 • [catva@sejus.ce.gov.br](mailto:catva@sejus.ce.gov.br)



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ

fls. 4

**Secretaria da Justiça e Cidadania**  
**Comissão de Avaliação de Transferência e Gestão de Vagas - CATVA**

19	MARIO SERGIO DA SILVA NASCIMENTO	José Vieira da Silva do Nascimento Ana da Silva Nascimento	IPFHVA
20	SIVAL MATEUS DO NASCIMENTO	Eduardo Ferreira do Nascimento Rosa Mateus do Nascimento	IPFHVA
21	BENEDITO ANCHIETA DA GLÓRIA	José Valdivino da Glória Francisca Anchieta da Glória	IPFHVA
22	FRANCISCO HOERTO CARVALHO VIANA	Oscar Araújo Viana Antônia de Carvalho Viana	IPFHVA
23	FRANCISCO ELIEUDO DA SILVA	Paulo Maria da Silva Antônia Gonçalves da Silva	IPFHVA
24	ORICELO FERREIRA DE OLIVEIRA	Ozoni Rodrigues de Oliveira Eletícia Ferreira de Oliveira	IPFHVA
25	LOURIVAL DAVID RODRIGUES	Braulino David Rodrigues Francisca Rodrigues da Silva	IPFHVA

Rua Tenente Benévolo, 1055 – Meireles • CEP: 60.160-040 • Fortaleza – Ceará  
Fones/Fax: (85) 3101.2863 • [catva@sejus.ce.gov.br](mailto:catva@sejus.ce.gov.br)





Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Justiça e Cidadania  
Cadeia Pública de Boa Viagem - CE

Ofício 570/2014

Boa Viagem, 16 de Novembro de 2014.

*Leandro**Resposta por meio.*

*Companhia no Cadeia Pública local  
para monitorar as condições. No entanto, a situação  
o estado da cadeia é insatisfatória e não possibilita  
de serem feitas as melhorias necessárias. Diante  
da situação - onde o governo da vem - em consequência  
existem as condições de segurança e saúde do preso  
em virtude de condições precárias de trabalho e  
etc.*

*Boa Viagem, 16/11/14 em 08:15.**Luciano*

Senhor Juiz,

Paulo Santiago de Andrade Silva e Castro.

Venho através deste expediente, comunicar a Vossa Excelência o motim ocorrido na Cadeia Pública de Boa Viagem em 15/11/2014. Em vistoria rotineira realizada na unidade, com auxílio da Polícia Militar foi apreendido celulares, cossocos e droga (maconha), cerca de 40g. A droga foi encontrada dentro da rede do detento TIAGO CAMELO ALEXANDRE, vulgo Cocorento.

Findo a vistoria, quando os presos estavam sendo recolocado nas celas, o referido detento foi para cima de um policial, que o conteve, com raiva o detento incitou os demais presos que no pátio se rebelaram contra a polícia, que dando dois tiros de advertência para cima os contiveram.

Após serem trancados, começaram a gritar e balançar as grades das celas, dizendo que iam quebrar tudo, pois "nesta cadeia tinha geral por cima de geral e ninguém podia usar drogas a vontade".



*Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Justiça e Cidadania  
Cadeia Pública de Boa Viagem - CE*

A partir desse evento começaram a balançar grades e quebrar tudo, por volta das 18h40 min e assim ficaram quebrando tudo até chegar o apoio do COTAR às 21:30, quanto contiveram a situação com munição não letal e gás de pimenta.

Diante do problema, as autoridades responsáveis foram avisadas, a COSIPE e o Juiz da Execução, que de pronto começaram a mobilização para resolver o problema.

Os detentos quebraram toda a unidade, derrubaram grades, paredes, atearam fogo em roupas e colchões, tentaram serra a tela de proteção. Literalmente, quebraram toda a unidade, não tendo condições de permanecer nenhum detento sem antes serem feitos os devidos reparos.

Em virtude da problemática, todos os detentos terão que ser transferidos da unidade, sendo que alguns de forma provisória e outros definitivamente.

O Juiz da execução autorizou, de imediato, a saída de todos os detentos da unidade, que hoje está com 86 detentos, sendo 58 provisórios; 12 condenados; 10 semi-aberto; 6 aberto e 1 prisão domiciliar.

A COSIPE providenciou 40 vagas para a Comarca de Fortaleza, sendo que dessas são 15 transferências permanentes e 25 provisórias. Os demais detentos serão distribuídos em cadeias públicas do interior no entorno de Boa Viagem, pois retornarão ao final da reconstrução da unidade.

Disto isso, segue a lista dos transferidos de acordo com as vagas transferidas em anexo.

*Nathália Rose da Silva Bezerra  
Administradora*





## ANEXO

### TRANSFERÊNCIA PERMANENTE PARA FORTALEZA: 15

#### CPPL III

##### 01- MÁRIO CANTILHO DE MELO

FILIAÇÃO: Sebastião Ferreira de Melo e Euciene Cantilho de Oliveira  
INFRAÇÃO: Art. 16 da Lei 10.826/03 e Art. 33 da Lei 11.343/06.

##### 02- DANIEL AQUINO DIAS

FILIAÇÃO: José Dias Sobrinho e Maria Neide Aquino Dias  
INFRAÇÃO: Art. 33 da Lei 11.343/06, Art. 12 e 16 da Lei 10.826/03.

##### 03- EDSOM MARCOS DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO: Edison Marques Ferreira e Maria Lúcia de Oliveira Ferreira  
INFRAÇÃO: Art. 157, § 2º, I e II, § 3º, parte final e Art. 288 do CPB.

##### 04- JOÃO PAULO VIEIRA MENDES

FILIAÇÃO: João Vidal Vieira Mendes e Ana Maria Vieira Mendes  
INFRAÇÃO: Art. 14 da lei 10.826/03.

##### 05- RAFAEL DOS SANTOS BARBOSA

FILIAÇÃO: Fco Claudio de Sousa Barbosa e Edvanda dos Santos Barbosa  
INFRAÇÃO: Art. 33 da Lei 11.343/06.

##### 06- MARCELO SARAIVA DE PAIVA

FILIAÇÃO: Raimundo Marçal de Paiva e Ana Célia Torres Saraiva  
INFRAÇÃO: Art. 157 do CPB e Art. 244-B da Lei 8.069/90.

##### 07- LUIS BENTO NETO

FILIAÇÃO: Antonio Bento Sobrinho e Maria Socorro Vieira de França  
INFRAÇÃO: Art. 33 da Lei 11.343/06

##### 08- RONALDO DOS SANTOS BARBOSA

FILIAÇÃO: Antº José de Matos Oliveira e Maria de Nazaré Soares de Matos  
INFRAÇÃO: Art. 157, § 2º, I e II do CPB.





**CPPL IV**

**01- CARLOS ANTONIO DOS SANTOS**

FILIAÇÃO: Antonio Alberto dos Santos e Antonieta da Silva Santos  
INFRAÇÃO: Art. 121, § 2º, IV do CPB.

**02- MÁRCIO RAULINO CÂNDIDO**

FILIAÇÃO: Geraldo Candido Ferreira e Elisete Raulino Candido  
INFRAÇÃO: Art. 16, § único, I da Lei 12.826/03 e Art. 33 da Lei 11.343/06.

**03- ESIVAN MIRANDA DE OLIVEIRA**

FILIAÇÃO: José Edison de Oliveira e Eliete Miranda de Oliveira  
INFRAÇÃO: Art. 157, § 2º, I e II, § 3º, parte final e Art. 288 do CPB.

**04- DANIEL DE LIMA MESQUITA**

FILIAÇÃO: Francisco Alves de Mesquita e Mª Francisca de Lima Mesquita  
INFRAÇÃO: Art. 16, § único, I da Lei 10.826/03 e Art. 311 do CPB.

**05- ROJEAN AURELIANO DE SENA**

FILIAÇÃO: José Aureliano Carneiro e Rosivanda Pereira de Sena  
INFRAÇÃO: Art. 180 e 157, § 4º, IV do CPB e Art. 244-B da Lei 8.069/90.

**06- TIAGO CAMELO ALEXANDRE**

FILIAÇÃO: Luiz Carlos Alexandre e Maria de Lurdes Camelo Alexandre  
INFRAÇÃO: Art. 155, § 4º, IV do CPB.

**07- DIEGO DE OLIVEIRA CAMPELO**

FILIAÇÃO: Francisca de Oliveira Campelo  
INFRAÇÃO: 157, § 2º, I e II e Art. 121 do CPB.

**TRANSFERÊNCIAS PROVISÓRIAS PARA FORTALEZA: 25**

**CPPL II**

**01- MAICON CARVALHO DE OLIVEIRA**

FILIAÇÃO: Marcos Antº Gomes de Oliveira e Vera Lúcia Carvalho da Silva  
INFRAÇÃO: Art. 157, § 2º, II do CPB e Art. 244-B da Lei 8.069/90.



*Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Justiça e Cidadania  
Cadeia Pública de Boa Viagem - CE*

fls. 9

**02- CICERO FRANCISCO XAVIER**

FILIAÇÃO: Antonia Francisca Xavier  
INFRAÇÃO: Art. 155 do CPB.

**03- RICARDO RAMOS DO NASCIMENTO**

FILIAÇÃO: Maria Nailsa Ramos do Nascimento  
INFRAÇÃO: Art. 121 do CPB e 33 da Lei 11.343/06

**04- DANIEL MOTA FERREIRA**

FILIAÇÃO: Francisco Ferreira Filho e Maria Liduina Mota  
INFRAÇÃO: Art. 121 do CPB.

**05- LUCIANO ALVES DE SOUSA**

FILIAÇÃO: Francisco de Assis Sousa e Maria Alves de Sousa  
INFRAÇÃO: Art. 121, § 2º, I e IV do CPB.

**06- BRUNO RODRIGUES DE ANDRADE**

FILIAÇÃO: José Augusto Fernandes Andrade e Ivonete Rodrigues Barbosa  
INFRAÇÃO: Art. 33 da Lei 11.343/06

**07- ARTUR DE MESQUITA ROCHA**

FILIAÇÃO: Fco Rodrigues da Rocha e Luiza de Mesquita Correia da Rocha  
INFRAÇÃO: Art. 157 e 288 do CPB.

**08- VAGNER DO VALE SOUSA**

FILIAÇÃO: Francisco Ribeiro de Sousa e Francisca Praciliana do Vale  
INFRAÇÃO: Art. 14 da Lei 10.826/03.

**09- AMILTON BATISTA DA SILVA**

FILIAÇÃO: Aldemir Brasil da Silva e Margarida Batista da Silva  
INFRAÇÃO: Art. 33 da Lei 11.343/06.

**10- ANTONIO VALMIR PINTO PEREIRA**

FILIAÇÃO: Antonio Pereira da Silva e Maria Helena Pinto Pereira  
INFRAÇÃO: Art. 121 do CPB.





### CPPL III

#### 01- FRANCISCO ELIARDO MOREIRA DA SILVA

FILIAÇÃO: Geraldina Moreira da Silva  
INFRAÇÃO: Art. 33 da Lei 11.343/06.

#### 02- RICARDO FEITOSA DE SOUSA

FILIAÇÃO: Antonio Mateus de Sousa e Maria José Feitosa de Sousa  
INFRAÇÃO: Art. 14 da Lei 10.826/03.

### CPPL IV

#### 01- DIONES RODRIGUES DA SILVA

FILIAÇÃO: Antônio da Silva Rodrigues e Isabel Rodrigues da Silva  
INFRAÇÃO: Art. 155, § 4º, I, c/c Art. 14 do CPB.

#### 02- GLEISON FERREIRA BARBOSA

FILIAÇÃO: Sebastião Alves Barbosa Filho e Mª Laurindo Ferreira Barbosa  
INFRAÇÃO: Art. 157, § 2º, I e II do CPB.

#### 03- FRANCISCO PAULINO DE SOUSA NETO

FILIAÇÃO: Francisco Aureliano da Silva e Ideuzuite Aureliano da Silva  
INFRAÇÃO: Art. 33 da Lei 11.343/06 e Art. 349-A do CPB.

### PACATUBA

#### 01- CLÁUDIO PEREIRA DA SILVA

FILIAÇÃO: Antonio Filho José da Silva e Maria Francisca Pereira da Silva  
INFRAÇÃO: Art. 129, § 9º do CPB e Art. 14 da Lei 10.826/03.

#### 02- ANTONIO EVANDRO DA SILVA FREITAS

FILIAÇÃO: Francisca Neide da Silva Freitas  
INFRAÇÃO: Art. 121 do CPB e Art. 12 da Lei 10.826/03.



*Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Justiça e Cidadania  
Cadeia Pública de Boa Viagem - CE*

fls. 11

**03- ELIARDO LOPES DA SILVA**

FILIAÇÃO: Manoel Severiano de Lima e Maria Lopes da Silva  
INFRAÇÃO: Art. 121 do CPB e Art. 14 e 15 da Lei 10.826/03.

**04- MARIO SERGIO DA SILVA NASCIMENTO**

FILIAÇÃO: José Vieira da Silva do Nascimento e Ana da Silva Nascimento  
INFRAÇÃO: Art. 121, § 2º, II do CPB.

**05- SIVAL MATEUS DO NASCIMENTO**

FILIAÇÃO: Eduardo Ferreira do Nascimento e Rosa Mateus do Nascimento  
INFRAÇÃO: Art. 155, caput do CPB.

**06- BENEDITO ANCHIETA DA GLÓRIA**

FILIAÇÃO: José Valdivino da Glória e Francisca Anchieta da Glória  
INFRAÇÃO: Art. 33 da Lei 11.343/06 e Art. 180 do CPB.

**07- FRANCISCO HOERTO CARVALHO VIANA**

FILIAÇÃO: Oscar Araújo Viana e Antonia de Carvalho Viana  
INFRAÇÃO: Art. 129, § 1º, I e II e Art. 180, caput do CPB.

**08- FRANCISCO ELIEUDO DA SILVA**

FILIAÇÃO: Paulo Maria da Silva e Antônia Gonçalves da Silva  
INFRAÇÃO: Art. 12 da Lei 10.826/03 e Art. 33 da Lei 11.343/06.

**09- ORICELO FERREIRA DE OLIVEIRA**

FILIAÇÃO: Ozoni Rodrigues de Oliveira e Eleticia Ferreira de Oliveira  
INFRAÇÃO: Art. 155 do CPB.

**10- LOURIVAL DAVID RODRIGUES**

FILIAÇÃO: Bráulino David Rodrigues e Francisca Rodrigues da Silva  
INFRAÇÃO: Art. 121, § 2º, II e IV do CPB.





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

fls. 12

Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da  
Comarca de Fortaleza

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 222, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: -, Fortaleza-  
CE - E-mail: corregedoria.ce@hotmail.com - Tel: (85) 3492-8764 - (85) 8529-9606

## DESPACHO

Processo nº: **1061676-96.2014.8.06.0001**  
Classe: **Transferência Entre Estabelecimentos Penais**  
Requerente: **Comarca de Boa Viagem**  
:

Vista à Promotora de Justiça da Corregedoria de Presídios e Estabelecimentos  
Penitenciários da Comarca de Fortaleza.

Fortaleza (CE), 18 de novembro de 2014.

**César Belmino Barbosa Evangelista Junior**

**Juiz de Direito em responsência**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

fls. 13

Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da  
Comarca de Fortaleza

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 222, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: -, Fortaleza-CE - E-mail: corregedoria.ce@hotmail.com

## CERTIDÃO

Processo nº: **1061676-96.2014.8.06.0001**  
Apensos:  
Classe: **Transferência Entre Estabelecimentos Penais**  
Assunto: **DIREITO PENAL**  
Requerente: **Comarca de Boa Viagem**

**CERTIFICO** que intimei pessoalmente o(a) representante do Ministério Público, nos autos do processo acima mencionado (Apenso(s): ), da decisão transcrita, em parte, a seguir:

"Vista à Promotora de Justiça da Corregedoria de Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da Comarca de Fortaleza."

**Fortaleza/CE, 18 de novembro de 2014.**

**LUCIANO BATISTA DE ALMEIDA**

Terceirizado

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

Recebido em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Por: \_\_\_\_\_.

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA AUXILIAR DA EXECUÇÃO PENAL E  
CORREGEDORIA DE PRESÍDIOS DA COMARCA DE FORTALEZA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2 VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE FORTALEZA E CORREGEDORIA DE PRESÍDIOS.

Processo 1061676-96.2014

Instado a se manifestar no feito em epígrafe, o Ministério Público tem a dizer o seguinte:

Cuidam os autos de transferência de 40 presos oriundos da Cadeia Pública de Boa Viagem para diversas unidades prisionais da jurisdição da capital, realizado em 16/11 p.p., à revelia do Poder Judiciário, **sendo que a petição de fls. 01 informa que 15 presos deverão permanecer permanentemente na Comarca de Fortaleza e outros 25 em caráter provisório.**

É o que merecia relatar.

Inicialmente, cumpre apontar a existência da Portaria 05/2014 que cuida do tema relativo à transferência de presos, tendo sido publicada em 16 de julho do corrente, e que deve ser devidamente cumprida no que couber, ou seja, em relação à questão da exigência de a transferência de presos ser efetuada SEMPRE mediante autorização judicial (vide artigo 1 da referida Portaria).

É de se observar que **a pessoa presa provisoriamente encontra-se à disposição do juízo processante**, não sendo lógico nem oportuno que sua movimentação ocorra à revelia do Poder Judiciário e do próprio Ministério Público, o qual é titular da ação penal.

**O fato de ter o juízo de Boa Viagem determinado a transferencia dos presos via SEJUS sem comunicar ao juízo da capital é deveras reprovável, na medida em que, se nenhum preso de qualquer outra comarca do Estado pode adentrar na cadeia pública de Boa Viagem sem autorização judicial, não há porque supor que tal poderia ocorrer em**

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA AUXILIAR DA EXECUÇÃO PENAL E  
CORREGEDORIA DE PRESÍDIOS DA COMARCA DE FORTALEZA**

**relação aos presos que se encontram segregados em unidades prisionais com jurisdição em Fortaleza!**

Outro ponto que merece ser considerado é o fato de que ao juízo corregedor de presídios e ao membro do Ministério Público corregedor de presídios é dada a atribuição de fiscalizar os estabelecimentos prisionais mensalmente. Ora, como efetuar uma fiscalização apropriada se as informações básicas sobre posicionamento de presos são efetuadas ao bel prazer da Administração Pública, sem qualquer conhecimento ou ingerência dos órgãos do sistema de justiça? Demais disso, a transferência de presos feita de forma arbitrária fere inclusive o direito do preso de ter acesso a seu defensor e a sua família, posto que tumultua e procrastina esta relação de contato. Afinal, se o juízo e o Ministério Público sequer são avisados das mudanças e transferências, obviamente tal proceder não é efetuado à família do preso nem a seu advogado.

Se a periculosidade de um preso deve ser aferida pelo juiz à luz do caso concreto, se o processo penal corre perante o Poder Judiciário, o qual tem no bojo do processo as informações sobre o cidadão que se encontra no sistema prisional, sendo o Estado-juiz corresponsável pela situação do preso, não se compreende que a COSIPE detenha papel de presidência da gestão da conveniência e oportunidade das transferências de presos no sistema penal da capital.

É de espantar que o ofício da CATVA informe que 15 presos permanecerão PERMANENTEMENTE nas unidades prisionais sob jurisdição da capital alencarina. Ora, esta decisão não cabe à CATVA, mas sim ao Juízo Corregedor de Presídios, na medida em que as consequências de ato deste jaez repercutem na ação do Poder Judiciário local, que é responsável pela fiscalização prisional e não pode consentir que tais fatos se repitam, às custas do grande fluxo de presos da capital alencarina, os quais já lotam todos os estabelecimentos prisionais de Fortaleza.

Outra situação reprovável são as 'autorizações verbais' de transferência de presos, sem o cumprimento de qualquer formalidade, coisificando o preso e transformando-o em objeto à disposição das conveniências do momento. Ora, a seriedade da situação de restrição de liberdade exige a rigidez do cumprimento das exigências legais, não sendo possível aceitar que o preso saia de um estabelecimento para outro sem qualquer documentação e apenas mediante ordem verbal, quando na atualidade há inúmeras formas de comunicação que permitem o registro de tais dados, resguardando-se assim os servidores que laboram na área e o próprio segregado.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA AUXILIAR DA EXECUÇÃO PENAL E  
CORREGEDORIA DE PRESÍDIOS DA COMARCA DE FORTALEZA**

**O que vem ocorrendo claramente é que a capital alencarina vem servindo de 'válvula de escape' para 'apagar os incêndios' ocorridos nas comarcas do interior do Estado, quando na verdade a própria capital não vem encontrando vagas sequer para seus próprios presos e quando o Estado do Ceará deveria prover a regionalização do sistema prisional, com o que se evitaria o caos hoje sentido por todos que laboram na área.**

Ainda que se compreenda a gravidade do motim que ocorrera na cadeia pública de Boa Viagem, não se pode tolerar que a capital, por seu sistema prisional superlotado e caótico, receba presos à revelia do juízo desta comarca, cuidando-se de conduta ilegal e arbitrária com os direitos do próprio interno, que corre o risco de ver-se jogado em um local sem qualquer comunicação com família e defensor sem mesmo a ciência de juízes e promotores de justiça.

Situações como tais deverão ser solucionadas com eventual transferência para Fortaleza em CARÁTER TRANSITÓRIO, COM PRAZO CERTO, e não da forma como consta no ofício de fls. 01 dos autos. Entendimento contrário implicaria subverter os regramentos estatuais sobre o tema e a própria autoridade do Poder Judiciário no trato da matéria.

Portanto, opina o Ministério Público o seguinte:

1. seja dada ciência do ocorrido à Corregedoria do TJCE para que esta, à vista da situação que vislumbramos equivocada, determine que, doravante, nenhum juízo de comarca do interior requeira transferência de presos diretamente à COSIPE, devendo, ao contrário, pugnar por vaga junto ao Juízo Corregedor de Presídios de Fortaleza, por ser de direito e pela própria reciprocidade que é devida ao caso, como já explicitado alhures;
2. seja novamente oficiado à COSIPE determinando que, doravante, nenhuma transferência de preso oriundo do interior para unidade prisional com jurisdição em Fortaleza deva ocorrer sem autorização judicial do Juízo Corregedor de Presídios e sem a documentação pertinente.
3. Que não haja acatamento do pedido de recolhimento permanente dos 15 presos da Cadeia Pública da Comarca de Boa Viagem, visto que a 'permanência' não pode ser decidida por ordem da CATVA, mas sim do Juízo Corregedor de Presídios, entendendo este órgão que todos os 40 (quarenta) presos recebidos deverão permanecer por prazo de 60 (sessenta) dias na capital, a contar do dia 16 de novembro p.p., após o que deverão retornar à Comarca de origem ou ser recebidos em comarcas próximas à Boa Viagem, considerando a distância que separa tais presos de seus familiares em permanecendo a situação tal como se verifica.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA AUXILIAR DA EXECUÇÃO PENAL E  
CORREGEDORIA DE PRESÍDIOS DA COMARCA DE FORTALEZA**

É a manifestação ministerial.

Fortaleza, 05 de dezembro de 2014.

Flávia Soares Unneberg  
Promotora de Justiça



## CERTIDÃO

Autos: 1061676-96.2014.8.06.0001

Classe: Transferência entre estabelecimentos penais

Certifico, para os devidos fins, que tornei sem efeito o(s) documento(s) substituído(s) por essa certidão, pelo seguinte motivo:

ERRO DE DIGITAÇÃO.

Fortaleza, 29 de maio de 2015.

SANDRA JAQUELINE DE OLIVEIRA COSTA



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

fls. 19

Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da  
Comarca de Fortaleza

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 222, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: -, Fortaleza-CE - E-mail: corregedoria.ce@hotmail.com - Tel: (85) 3492-8764 - (85) 8529-9606

## DECISÃO

Processo nº: **1061676-96.2014.8.06.0001**  
Apenso:  
Classe: **Transferência Entre Estabelecimentos Penais**  
Assunto: **DIREITO PENAL**  
:

Cls.

Rec. Hoje.

Acolho, na íntegra, os requisitórios ministeriais da lavra da eminente Promotora de Justiça e Corregedora dos Presídios da região metropolitana, afetos à nossa jurisdição, determinando: a) Ciência ao Desembargador Corregedor Geral de Justiça para fazer gestão junto aos colegas das Comarcas do interior para que não mais solicitem vagas no sistema de encarceramento à COSIPE, mas sim, ao Juiz Corregedor dos Presídios, nos termos do inc. XII do art. 120 da COJECE; b) Oficiar ao Senhor Coordenador da COSIPE para doravante não proceder ou autorizar, a qualquer pretexto, transferência de presos do interior para lotação sem a expressa autorização do Juízo Corregedor de Presídios, e mesmo que nos seja formulado o pedido, que venha acompanhado da documentação necessária e pertinente, individualmente; c) Indeferir o pedido de recolhimento permanente dos presos da Cadeia Pública de Boa Viagem no quantitativo de 15 (quinze) presos, e o pronto retorno dos mesmos à Comarca de Boa Viagem, e que nenhuma ingerência haja daqui para frente da CATVA que possa sugerir invasão da mesma em competência estrita processual, ficando sua competência restrita aos atos típicos da administração por ocasião da acolhida de presos das Delegacias de Polícia e manejo dos mesmos para o sistema regular de encarceramento, mas sempre com ciência aos Juízos de conhecimento e também ao Juízo Corregedor.

**CUMpra-SE** na forma da Lei – art. 120, inc. XII, do COJECE.

Expedientes de urgência.

Fortaleza, 29 de maio de 2015.

Luiz Bessa Neto

Juiz Corregedor

a<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abriu a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

fls. 20

Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da  
Comarca de Fortaleza

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 222, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: -, Fortaleza-CE - E-mail: [corregedoria.ce@hotmail.com](mailto:corregedoria.ce@hotmail.com) - Tel: (85) 3492-8764 - (85) 8529-9606

## ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **1061676-96.2014.8.06.0001**  
Apensos:  
Classe: **Transferência Entre Estabelecimentos Penais**  
Assunto: **DIREITO PENAL**  
Requerente: **Comarca de Boa Viagem**  
:

Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, pratiquei o ato processual abaixo:

Cumpra-se a decisão de págs. 19.

Fortaleza/CE, 02 de junho de 2015.

**SANDRA JAQUELINE DE OLIVEIRA COSTA**

**Técnico Judiciário**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

fls. 21

Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da Comarca de Fortaleza

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 222, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: -, Fortaleza-CE - E-mail: [corregedoria.ce@hotmail.com](mailto:corregedoria.ce@hotmail.com) - Tel: (85) 3492-8764 - (85) 8529-9606

## OFÍCIO

Processo nº: **1061676-96.2014.8.06.0001**  
Apensos:  
Classe: **Transferência Entre Estabelecimentos Penais**  
Assunto: **DIREITO PENAL**  
:

Ofício nº 2522/2015\* SJOC

Fortaleza, 02 de junho de 2015.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)  
Desembargador FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO SILVA  
Corregedor Geral de Justiça  
Avenida Gal. Afonso Albuquerque de Lima, S/N, Cambéba - CEP 60830-120, Fortaleza-CE

Assunto: Encaminhamento do ofício de nº 3953/2015 e Decisão.

Senhor Desembargador,

Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência a presente decisão de págs. 16 e documentos que se seguem, a fim de que Vossa Excelência tome conhecimento e adote as providências cabíveis.

No azo, expresso-lhe o nosso sentimento de respeito.

Fortaleza, 29 de abril de 2015.

Luiz Bessa Neto

Juiz

a<sup>1</sup>

A fim de assegurar a celeridade e a efetividade da presente decisão, tome-se-lhe a mesma como expediente regular, para de pronto gerar os seus efeitos com guarda no prontuário prisional.

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abri a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR**

**Processo n.º 8501147-20.2015.8.06.0026**

**Providência/Comunicado**

**Parte: Dr. Luiz Bessa Neto - Juiz Corregedor de Presídios**

**DECISÃO/OFÍCIO N.º 2513/2015/CGJ**

Nos autos, procedimento oriundo de decisão proferida pelo Dr. Luiz Bessa Neto, Juiz Corregedor de Presídios, o qual solicita desta Casa Correcional ciência e orientação aos Juízos do interior com Competência Criminal acerca de transferências de presos à Capital, que devem ser requeridas unicamente ao Juiz Corregedor de Presídios.

Destarte, com arrimo no art. 59, IX do CODOJECE, e art. 13, I do RICGJ, determino que - através dos recursos eletrônicos disponíveis, em ofício circular, com cópias de fls. 02/23 -, dê-se ciência aos referidos Juízos, para efeito de instrução, do conteúdo atinente ao recambiamento prisional.

Após, oficie-se à autoridade judicial.

Tudo procedido, **arquive-se** o feito.

À Diretoria Geral para expediente.

Fortaleza, 17 de junho de 2015.

**Desembargador FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA**  
**Corregedor Geral da Justiça**